Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Análise do perfil epidemiológico de transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil de 2018 a 2023

Analysis of the epidemiological profile of work-related mental disorders in Brazil from 2018 to 2023

Análisis del perfil epidemiológico de los trastornos mentales relacionados con el trabajo en Brasil de 2018 a 2023

Maria Luiza Rangel Mendes de Melo[1], Cinthya Jamilly Guedes Pereira[2], Mateus Felipe Freire de Sales[2], Iohanna Patricia Gouveia Lima[3], Olivia Dayse Leite Ferreira[1], Maria Denise Leite Ferreira[3].

RESUMO

Objetivo: Realizar um levantamento acerca da saúde mental dos trabalhadores no Brasil. O foco foi averiguar o perfil epidemiológico dos casos de transtornos mentais relacionados aos trabalhadores notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação. **Métodos:** Tratou-se de um estudo ecológico de série temporal, retrospectivo e descritivo; documental, de prevalência epidemiológica, investigação transversal e quantitativa de dados dos registros sobre Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT). **Resultados:** Entre 2018 e 2023 foram notificados 11.180 casos de TMRT. A maioria das notificações foram de pessoas do sexo feminino (7.683 - 68,72%). A faixa etária mais notificada foi de 30 a 39 anos (3.752 - 33,55%). Em relação ao nível de escolaridade, destacam-se os trabalhadores com ensino superior complete (3.819 - 34,15%). Destacam-se transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao stress e somáticos (F40-F48), com 6.163 casos (55,12%). A utilização de psicofármacos foi relatada por 4.216 pessoas. No regime de tratamento, destacou-se o ambulatorial, sendo o técnico de enfermagem, com maiores registros (561 - 5,01%). No que diz respeito à evolução, foram 6.290 casos (56,26%) notificados como incapacidade temporária. **Conclusão:** Os transtornos mentais relacionados ao trabalho representam uma preocupação crescente para a saúde pública no Brasil, afetando significativamente a saúde mental dos trabalhadores.

Palavras-chave: Epidemiologia, Saúde mental, Trabalhador, Transtornos mentais.

ABSTRACT

Objective: To conduct a survey on the mental health of workers in Brazil. The focus was to determine the epidemiological profile of cases of worker-related mental disorders reported by the Notifiable Diseases Information System. **Methods:** This was an ecological, retrospective, and descriptive time-series study; documentary, epidemiological prevalence, and cross-sectional and quantitative investigation of data from records on Work-Related Mental Disorders (WRMD). **Results:** Between 2018 and 2023, 11,180 cases of WRMD were reported. Most of the reports were female (7,683 - 68.72%). The most reported age group was 30 to 39 years (3,752 - 33.55%). Regarding the level of education, workers with a higher education degree

[1] Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba (UNIESP), Cabedelo - PB.
[2] Faculdades Nova Esperança, João Pessoa - PB.
[3] Faculdade de Enfermagem Nova Esperança, João Pessoa - PB.

SUBMETIDO EM: 8/2025 | **ACEITO EM: 9/2025** | **PUBLICADO EM: 10/2025**

stand out (3,819 - 34.15%). Neurotic, stress-related, and somatic disorders (F40-F48) stood out, accounting for 6,163 cases (55.12%). Psychotropic use was reported by 4,216 individuals. Outpatient treatment was the most common treatment regimen, with nursing technicians accounting for the highest number of cases (561 - 5.01%). Regarding progression, 6,290 cases (56.26%) were reported as temporary incapacity. **Conclusion:** Work-related mental disorders represent a growing public health concern in Brazil, significantly affecting the mental health of workers.

Keywords: Epidemiology, Mental health, Worker, Mental disorders.

RESUMEN

Objetivo: Realizar una encuesta sobre la salud mental de los trabajadores en Brasil. El objetivo fue determinar el perfil epidemiológico de los casos de trastornos mentales relacionados con el trabajo notificados por el Sistema de Información de Enfermedades de Notificación Obligatoria. **Métodos:** Se trató de un estudio ecológico, retrospectivo y descriptivo de series de tiempo; investigación documental, de prevalencia epidemiológica, transversal y cuantitativa de datos de registros sobre Trastornos Mentales Relacionados con el Trabajo (TMRT). **Resultados:** Entre 2018 y 2023, se notificaron 11.180 casos de TMRT. La mayoría de los informes fueron de mujeres (7.683 - 68,72%). El grupo de edad más notificado fue el de 30 a 39 años (3.752 - 33,55%). En cuanto al nivel de educación, se destacan los trabajadores con título de educación superior (3.819 - 34,15%). Los trastornos neuróticos, relacionados con el estrés y somáticos (F40-F48) se destacaron, con 6163 casos (55,12%). 4216 personas informaron sobre el uso de psicotrópicos. El tratamiento ambulatorio fue el régimen de tratamiento más común, y los técnicos de enfermería representaron el mayor número de casos (561 - 5,01%). En cuanto a la progresión, 6290 casos (56,26%) se notificaron como incapacidad temporal. **Conclusión:** Los trastornos mentales relacionados con el trabajo representan una preocupación creciente para la salud pública en Brasil, afectando significativamente la salud mental de los trabajadores.

Palabras clave: Epidemiología, Salud mental, Trabajador, Trastornos mentales.

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos trabalhadores vem ganhando notoriedade nas discussões acadêmicas, noticiários, agendas políticas e no saber-fazer dos profissionais da psicologia. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946). Os transtornos mentais atingem pessoas de todas as faixas etárias e causam prejuízo às pessoas, suas famílias e ao meio em que estão inseridos. Com o diagnóstico precoce, os transtornos mentais podem ser tratados e proporcionam uma vida plena e produtiva ao indivíduo (CAMARGO DA e NEVES SNH, 2004; TEÓFILO FILHO RA, et al., 2023).

O trabalho deveria ser satisfatório ao ser humano para a realização pessoal e profissional, indo além da necessidade financeira, abrangendo projetos, objetivos, metas e sonhos, entretanto, na maior parte dos casos, a realidade se mostra diferente. Nas últimas décadas do século XX, inúmeras mudanças ocorreram no contexto do trabalho, como a crescente introdução de tecnologias nos postos de trabalho e a necessidade de um trabalhador altamente qualificado e flexível. Devido a essas modificações, alterou-se o perfil de morbidade dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, ocasionando diferentes patologias ocupacionais, entre essas destacam-se as lesões por esforços repetitivos e o adoecimento mental (CORDEIRO TMSC, et al., 2016; BRASIL, 2022).

No Brasil, os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) resultantes das condições ambientais, organizacionais e de processos de trabalho precários, são notificados compulsoriamente desde 2004, devido à Portaria nº 777/2004 do Ministério da Saúde, e alimentam o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (BRASIL, 2004; SINAN, 2020). Os transtornos mentais têm gerado inaptidão grave e definitiva, inclusive para efetuar atividades laborais. Além dos danos às funções físicas, o desenvolvimento desses transtornos traz prejuízos às funções sociais, demandas por aposentadoria antecipada e aumento das taxas de mortalidade.

Os transtornos mentais relacionados ao trabalho são categorizados em graves e comuns. Segundo Silva LL et al. (2024), alguns indivíduos com Transtornos Mentais Graves carecem de tratamentos individualizados, uma vez que apresentam uma redução da capacidade de lidar com as agressões ambientais e enfrentam diversas dificuldades impostas pela doença. Em situações de crises, isso pode resultar em afastamento do trabalho. Os autores ainda apontam que os transtornos mentais comuns apresentam algumas características, como sinais de esquecimento, cansaço mental e físico, dificuldades para dormir, estresse, problemas de concentração e somatização. Esses transtornos apresentam uma relação comprovada com a qualidade de vida e a estrutura ocupacional, podendo ser de longo prazo, temporário e recorrentes, mas em difíceis casos são letais (BÁRBARO AM, et al., 2009; SILVA LL, et al., 2024).

A saúde mental do trabalhador tem sido uma preocupação crescente em todo o mundo, sobretudo diante da competitividade exigida pelas corporações. Segundo a OMS, o Brasil é o país com maior incidência de depressão da América Latina, sendo o segundo maior nas Américas (BRASIL, 2022). A discussão sobre os transtornos mentais relacionados ao trabalho tem sido fonte de estudos mundialmente, devido aos impactos significativos nas organizações e na sociedade em geral. Com o passar dos anos, o local de atividades laborais vem sofrendo várias mudanças, observa-se a competitividade e a assistência à saúde mais complexa, exigindo maior qualificação dos trabalhadores. As condições para exercício das funções representam uma das principais causas que definem a saúde dos trabalhadores, podendo vir como consequência o comprometimento da saúde física e mental (MOURA RCD, et al., 2022).

Transtornos mentais relacionados ao trabalho, como ansiedade, depressão e estresse ocupacional, representam uma carga significativa para os indivíduos afetados, bem como para as empresas e para a sociedade. Teófilo Filho RA e colaboradores (2023, p. 4) apontam que "A flexibilização e a precarização do trabalho, juntamente às inovações tecnológicas, vêm tornando as relações laborais conflituosas e proporcionando intenso desgaste físico e psíquico".

Para tanto, o presente artigo investigou o perfil epidemiológico dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil entre os anos de 2018 a 2023 pelos dados dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, DATASUS, visto que compreender o perfil epidemiológico dessas patologias é fundamental para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção adequadas, que possam diminuir esses impactos negativos. A importância deste estudo reside na sua contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a saúde mental dos trabalhadores. Ao fornecer dados e informações sobre o perfil epidemiológico dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil, esta pesquisa pode contribuir para a elaboração de programas de saúde ocupacional mais eficazes e adequados às necessidades da população trabalhadora.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico de série temporal, retrospectivo e descritivo, documental de prevalência epidemiológica, realizado por meio de uma investigação transversal e quantitativa de dados provenientes dos registros sobre Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, o DATASUS.

O recorte populacional abrange os trabalhadores ativos diagnosticados e notificados com casos de TMRT no SINAN entre os anos de 2018 e 2023. Para seleção dessa amostra, foram utilizados como critérios de inclusão os diagnósticos de transtornos mentais descritos no Capítulo V (Transtornos Mentais e Comportamentais) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª revisão (CID-10), a saber: transtornos mentais orgânicos (F00-F09); transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas (F10-F19); esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20-F29); transtornos do humor (F30-F39); transtornos neuróticos, relacionados ao "stress" e somatoformes (F40-F48); síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos (F50-F59); transtornos de personalidade e comportamento do adulto (F60-F69); retardo mental (F70-F79); transtornos de desenvolvimento psicológico (F80-F89); transtornos do

comportamento e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência (F90-F98); transtorno mental não especificado (F99).

A pesquisa foi realizada por meio do portal DATASUS, sistema padronizado alimentado pelos bancos de dados do SUS de todos os Estados brasileiros, dentre estes pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação Compulsória. Foram localizados os dados pertinentes aos “Transtornos Mentais no Trabalho” do SINAN Net, um banco de dados com registro anônimo e de acesso público. A variável “Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho” foi definida a partir do diagnóstico específico da ficha de investigação do SINAN.

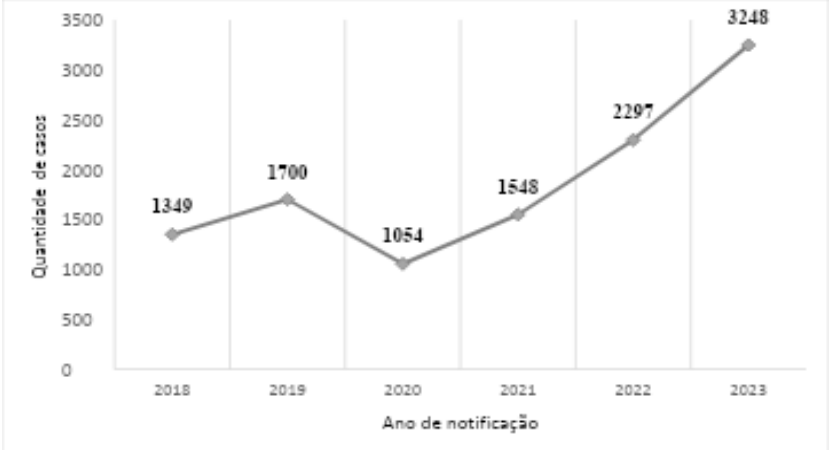
Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado o tabulador TABNET. Para a coleta das informações demográficas dos pacientes, foram consideradas as variáveis descritivas: sexo, escolaridade, ocupação, situação no mercado de trabalho, afastamento do local de trabalho, evolução do caso, além da variável “uso de psicofármacos”. A coleta foi transferida para o programa Microsoft Excel® para apresentação de resultados utilizando planilhas eletrônicas para a criação do bando de dados. Não foram realizados testes estatísticos por se tratar de dados censitários e de um estudo do tipo descritivo. Os resultados foram descritos em medidas de frequências absolutas (contagem geral) e relativas (porcentagens) e confrontados com a literatura

Este trabalho respeitou a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde em seus aspectos éticos, legais e científicos. Não foi necessária a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, considerando que as informações foram coletadas diretamente do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponíveis para toda população, sem acarretar nenhum risco à identificação dos pacientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período analisado foram notificados 11.180 casos de TMRT no Brasil. Como mostrado no **Gráfico 1**, o total de notificações por ano apresenta variações significativas. Em 2018, foram registrados 1.349 agravos (15,7%). No ano seguinte, 2019, houve um aumento para 1.700 casos (19,8%). Em 2020, observou-se uma redução significativa, com o número caindo para 1.054 (12,3%), devido ao foco nos cuidados e registros da COVID-19. Nos anos de 2021 e 2022, em decorrência da pandemia, houve um novo aumento, com os casos subindo de 1.548 para 2.297 (18% e 26,7%, respectivamente). Em 2023, os casos aumentaram ainda mais, chegando a 3.248, evidenciando o impacto negativo da pandemia na saúde mental dos trabalhadores brasileiros.

Gráfico 1 - Notificações registradas no SINAN Net – Brasil por ano de notificação.



Fonte: Melo MLRM, et al., 2025. Dados do Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net (2023).

De Vargas DR, et al (2023), em uma análise sobre a saúde mental dos trabalhadores brasileiros entre 2020 e 2022, aponta aumentos nos índices de ansiedade e estresse durante e após o período da pandemia da COVID-19, especialmente frente ao cenário de insegurança financeira que ampliou o número de famílias que não conseguiam garantir a subsistência mínima. Inicialmente, o distanciamento social imposto como

medida de saúde pública requisitou o fechamento de postos de trabalho ou sua adaptação para o contexto remoto, redefinindo o que era considerado possível em termos de flexibilidade e uso de tecnologia. Diversas organizações perceberam a viabilidade e as vantagens em termos de produtividade e redução de custos operacionais, no entanto essa configuração tornou mais tênue os limites entre vida pessoal e trabalho, resultando em uma ampliação de quadros de estresse, exaustão emocional e psíquica, como no caso da Síndrome de Burnout, entre outros.

Outrossim, a transposição do local de trabalho para dentro dos lares atingiu de maneira desigual os trabalhadores, que frequentemente não possuíam acesso à infraestrutura e ambiente adequado, mais especificamente para as mulheres que se viram confrontadas com a maternidade em tempo integral, inclusive durante os horários de trabalho, influenciando em uma maioria de demissões de mulheres durante a pandemia em comparação aos homens, dado verificado por De Vargas, DR, et al. (2023).

A **Tabela 1** dispõe sobre os dados referentes às notificações das características sociodemográficas. Como pode ser observado, a maioria das notificações foram de pessoas do sexo feminino, com 7.683 casos (68,72%), enquanto as notificações de pessoas do sexo masculino somaram 3.497 casos (31,27%). A faixa etária mais notificada foi de 30 a 39 anos, correspondendo a 3.752 casos (33,55%).

Em relação ao nível de escolaridade, destacam-se os trabalhadores com Ensino Superior completo, totalizando 3.819 casos (34,15%), além disso cabe destacar uma quantidade significativa de casos em que esse dado não foi informado, 1.970 (17,62%), prejudicando análises mais aguçadas sobre esse indicador.

Tabela 1 - Distribuição dos casos notificados de transtornos mentais relacionados ao trabalho - Notificações registradas no Sinan Net – Brasil.

Variáveis	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sexo		
Feminino	7.683	68,72
Masculino	3.497	31,27
Faixa etária		
20-29	1.894	16,94
30-39	3.752	33,55
40-49	3.571	31,94
50-59	1.732	15,49
60-69	211	1,88
70-79	17	0,15
80 e mais	3	0,02
Escolaridade		
Ignorado/Branco	1.970	17,62
Analfabeto	16	0,14
Ensino Funadamental I incompleto	101	0,90
Ensino Fundamental I completo	97	0,86
Ensino Fundamental II incompleto	307	2,74
Ensino Fundamental II completo	418	3,73
Ensino Médio incompleto	437	3,90
Ensino Médio completo	3.315	29,65
Ensino Superior incompleto	697	6,23
Ensino Superior completo	3.819	34,15
Não se aplica	3	0,02
Total	11.180	100

Fonte: Melo MLRM, et al., 2025. Dados do Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net (2024).

De acordo com estudos e relatórios recentes, a maioria das notificações de trabalhadores com problemas de saúde ocupacional ou acidentes de trabalho tem sido predominantemente feminina, representando cerca de 68,72% dos casos, o que coincide com o aumento da participação feminina em diversos setores. Estudos sobre o mercado de trabalho, como o da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2023), indicam que as mulheres atualmente representam uma parcela substancial da força de trabalho, especialmente em áreas de serviços e saúde, onde a exposição a fatores ocupacionais específicos pode ser mais comum.

Salvaro GIJ e Mariano P (2021), em um levantamento acerca do adoecimento das trabalhadoras no Brasil, apontaram uma relação consistente entre a Divisão Sexual do Trabalho e a prevalência do adoecimento em mulheres em diferentes contextos laborais. O gênero é um importante marcador do processo saúde-doença, uma vez que as condições históricas, sociais e culturais firmam desigualdades entre homens e mulheres. Desse modo, as análises sobre adoecimento no trabalho, além de estarem relacionadas com as atividades e condições específicas de trabalho, devem considerar as diferentes inserções laborais com base nos gêneros.

As mulheres, devido a crença na sua capacidade inata para o cuidado, são frequentemente relegadas à atuação no espaço doméstico ou em atividades produtivas que envolvam o cuidar, enquanto os homens são vistos como mais capacitados para atividades de provisão.

Esse cenário faz com que as mulheres sejam sobrecarregadas com múltiplas funções, pois o fato de desempenharem atividades econômicas não as isenta da tarefa doméstica e cuidado com crianças (SALVARO GIJ e MARIANO P, 2021). Além disso, as atividades que exigem do caráter relacional de cuidado atuam como fatores de risco para as trabalhadoras, no sentido que despendem energias para o cuidado com os outros e, frequentemente, negligenciam a si próprias nesse processo.

Durante a pandemia, essa realidade se tornou mais flagrante com a suspensão das aulas presenciais das crianças (ARAÚJO MHPO e ALEXANDRE MES, 2024), requisitando às mães o cumprimento do papel de mediação familiar da aprendizagem dos filhos, juntando aos trabalhos domésticos e às demandas laborais, envolvendo representações que alertaram para o aumento da responsabilidade e do cansaço, afetando negativamente a saúde mental.

Quanto a idade, a faixa etária de 30 a 39 anos, responde por cerca de 33,55% das notificações, refletindo a predominância de profissionais em plena fase ativa de carreira e economicamente produtiva. Esta faixa etária é geralmente associada a profissionais já estabelecidos em seus campos, o que aumenta o risco de exposição acumulada a agentes físicos, químicos ou psicológicos no ambiente de trabalho (IBGE, 2023).

No quesito escolaridade, observa-se que uma parcela significativa dos trabalhadores com notificações possui Ensino Superior completo (34,15%), podendo indicar a presença de trabalhadores em ocupações que exigem alta qualificação. Essa tendência está alinhada com o aumento na qualificação da força de trabalho brasileira.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontam que, mesmo em setores como tecnologia e finanças, onde há alta qualificação, os trabalhadores enfrentam desafios ocupacionais que podem resultar em notificações relacionadas à saúde e à segurança. Cabe salientar que o nível de escolaridade verificado nas notificações de TMRT é coerente com as ocupações prevalentes (**Tabela 2**), que exigem Ensino Médio ou Superior completo (63,8%).

De acordo com a **Tabela 2**, as notificações dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, segundo diagnóstico específico da CID-10, dos 11.180 casos registrados, destacam-se os transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao stress e somáticos (F40-F48), com 6.163 casos (55,12%).

A utilização de psicofármacos foi relatada por 4.216 pessoas (37,71%). No regime de tratamento, destaca-se o ambulatorial, com 9.838 casos (87,99%). No que tange à ocupação profissional, o estudo aponta o técnico de enfermagem, com registros correspondendo a 561 casos (5,01%). No que diz respeito à evolução dos casos, o destaque vai para os 6.290 casos (56,26%) notificados como incapacidade temporária.

Tabela 2 - Investigação de transtornos mentais relacionados ao trabalho - Notificações registradas no Sinan Net – Brasil.

Variáveis	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Diagnóstico específico		
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com stress e somáticos (F40-F48)	6.163	55,12
Transtornos do humor (F30-F39)	2.650	23,70
Síndrome de Burnout (Z73.0)	913	8,16
Transtorno mental não especificado (F99-F99)	432	3,86
Risco potencial à saúde relacionado a circunstâncias sociais e psicológicas (Z55-Z65)	369	3,30
Esquizofrenia, transtorno esquizofrênico e transtornos delirantes (F20-F29)	119	1,06
Sintomas e sinais relacionados à cognição, percepção e comportamento (R40-R46)	182	1,62
Circunstância relativa às condições de trabalho (Y96)	102	0,91
Psicofármacos		
Ignorado ou Branco	3.103	27,75
Sim	4.216	37,71
Não	3.861	34,53
Regime de tratamento		
Ignorado ou Branco	903	8,07
Hospitalar	439	3,92
Ambulatorial	9.838	87,99
Ocupação		
Técnico de enfermagem	561	5,01
Agente Comunitário de Saúde	377	3,37
Assistente administrativo	360	3,22
Professores do Ensino Fundamental I	349	3,12
Gerente de contas (pessoa física e jurídica)	346	3,09
Evolução do caso		
Ignorado ou Branco	1.860	16,63
Cura	411	3,67
Cura não confirmada	1.110	9,92
Incapacidade Temporária	6.290	56,26
Incapacidade permanente parcial	261	2,33
Incapacidade permanente total	49	0,43
Óbito por doença relacionada ao trabalho	7	0,06
Óbito por outra causa	4	0,03
Outra	1.188	10,62
Total	**11.180**	**100**

Fonte: Melo MLRM, et al., 2025. Dados do Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net (2024).

Condições como os transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e somatizações (CID-10 F40-F48) são altamente prevalentes entre trabalhadores de diversos setores (FREITAS AK, 2023; MARTINS AC e SIQUEIRA MM, 2019). Esse grupo de transtornos afetam as relações entre pensamentos, ambiente, atitudes e a própria identidade do sujeito, podendo provocar um distanciamento involuntário da realidade e alterações na memória. Falcão JLS et al. (2023), apesar de apontarem um perfil sociodemográfico diverso, ratificam a prevalência desses tipos de transtornos entre trabalhadores, que foram inicialmente acolhidos no atendimento ambulatorial e tiveram como desfecho uma incapacidade temporária. Os autores enfatizam diversos motivos que afetam a saúde mental dos trabalhadores, resultando nessa desestabilização psíquica, como ambientes inadequados, ausência de valorização e reconhecimento, assédio moral e sexual, violências, sobrecarga de trabalho e as dificuldades financeiras, atravessadas pelo desemprego, baixa remuneração, precarização e exploração (FALCÃO JLS, et al., 2023).

Esse cenário de vulnerabilidades têm repercussões nas dinâmicas familiares, nas desigualdades entre classes sociais e no cenário econômico nacional, uma vez que os TMRT são as principais causas de perdas de dias no trabalho e está entre os principais motivos para concessão de auxílio-doença por incapacidade laborativa, representando custos aos cofres públicos (FALCÃO JLS, et al., 2023). Além disso, compreendendo o trabalho enquanto uma categoria central para experienciação do mundo (DEJOURS C, 1987), o status de "incapaz para o trabalho", ainda que temporário, causa sentimentos de vazio e de perda de sentido, agravando os transtornos desenvolvidos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso de psicofármacos em contextos ocupacionais tem aumentado globalmente, particularmente para medicamentos ansiolíticos e antidepressivos. No entanto, o uso prolongado e dependente desses medicamentos, em alguns casos, são uma resposta às condições estressantes de trabalho, mais do que uma solução definitiva (OMS, 2020). Boni BS et al. (2021) enfatizam que diversos estudos atestam uma maior prevalência do uso de psicofármacos por mulheres, apontando uma questão de gênero em relação aos sofrimentos psíquicos. Os autores ainda alertam para a relação entre o uso dos psicofármacos, os transtornos mentais comuns e indicadores de uma péssima qualidade de vida dos sujeitos, incluindo, os contextos laborais.

Entre 2007 e 2023, foram registrados no SINAN 22.110 casos de adoecimentos relacionados aos TMRT (BERALDI POC et al., 2024). Na região Sul, notificaram-se 3.000 casos (13,5%), sendo superado apenas pelos percentuais das regiões Sudeste e Nordeste. Deste total, 46,4% dos indivíduos faziam uso de substâncias psicoativas, dos quais 31% utilizavam medicamentos psicotrópicos (BERALDI POC, et al., 2024). Segundo Carlotto MS et al. (2019), o uso de substâncias psicoativas e a medicalização no contexto do trabalho podem consistir em estratégias de defesa diante das exigências de produtividade, das demandas cotidianas e até para evitar o adoecimento psíquico.

É interessante ressaltar que as duas ocupações que mais apresentam acometimentos relacionados aos TMRT atuam na área da saúde. Nesse sentido, ao pensar sobre o adoecimento psíquico, deve-se levar em consideração a carga horária desses profissionais, a sobrecarga, as atividades que exercem no contexto laboral, as condições de trabalho e a estrutura dos serviços de saúde (ROCHA ALA, et al., 2023).

Conforme uma pesquisa realizada com 290 profissionais da Atenção Primária à Saúde, composta majoritariamente por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e profissionais da enfermagem, 69% afirmaram exceder a sua carga horária com horas extras, 59,7% afirmaram que já sofreram algum tipo de violência no trabalho e 10,7% usam psicofármacos (ROCHA ALA, et al., 2023). Além disso, os autores identificaram que há uma associação entre o uso de psicofármacos, trabalhadores com idade superior a 31 anos e a prática de horas extras. Esse cenário ilustra aspectos do contexto de trabalho que, no decorrer da rotina e das exigências laborais, tem potencial adoecedor, especialmente no âmbito psicológico.

Ademais, entre as ocupações que mais são impactadas pelos TMRT, é imprescindível evidenciar o contexto dos professores do Ensino Fundamental I que convivem com a sobrecarga das atividades escolares, a falta de autonomia, as demandas da sala de aula, a dinamicidade e o estresse do ritmo institucional, o trabalho que levam pra casa e as interferências que essas atividades geram na saúde dos profissionais. De acordo com Lima BRM et al. (2024), esse fatores possuem relevância estatística para uma maior incidência de transtornos mentais comuns. Nessa perspectiva, Rodriguez-Loureiro L et al. (2019) acrescentam que jornadas de trabalho exaustivas e condições de trabalho promovem uma probabilidade maior de absenteísmo e o aumento da prevalência de transtornos entre os professores.

Um estudo baseado nas notificações de TMRT em uma região do Ceará revelou a ocorrência de 62 registros entre os anos de 2010 e 2022, sendo que a maioria dessas notificações foi realizada por mulheres e o desfecho evoluiu para incapacidade temporária (BRITO AFS e RIMES TS, 2024). Outrossim, a maior parte das pessoas acometidas pelos TMRT eram ACS e professores. Esses dados reforçam os achados da presente pesquisa, evidenciando a gravidade do cenário laboral brasileiro e as precárias condições de trabalho. Além disso, os resultados destacam uma questão de gênero, indicando que as consequências e os danos são mais significativos para as mulheres.

Baseado nessa conjuntura, Freitas CBB e Freitas CVC (2023) promovem uma reflexão ao discutirem as dinâmicas laborais, pautadas pela lógica capitalista, que promovem a precarização das relações e condições de trabalho, o assédio moral, a competitividade voltada para uma maior produtividade, o receio do desemprego e das retaliações que incidem diretamente em aspectos psicológicos dos sujeitos, promovendo patologias de diversas ordens e adoecimentos mentais.

Nesse sentido, Vieira ME et al. (2021) identificaram que intervenções focadas em ambientes de trabalho saudáveis, com gestão participativa e apoio para práticas de autocuidado, são essenciais para a redução desses transtornos e, consequentemente, do uso de psicofármacos. Além disso, as campanhas de conscientização sobre saúde mental podem encorajar os trabalhadores a buscar apoio sem estigmas, criando uma cultura de saúde psicológica no ambiente de trabalho.

Apesar das problemáticas apontadas pelos resultados e pelo contexto, é importante destacar que o trabalho não se restringe a um potencial adoecedor. Quando realizado em condições estruturais adequadas e com a devida valorização profissional/ocupacional, as atividades laborais desempenham um papel essencial na vida e na construção da identidade dos indivíduos, contribuindo para a satisfação e o bem-estar (ESPERIDIÃO E et al., 2020).

CONCLUSÃO

A notificação de casos de TMRT é imprescindível para a análise das condições laborais e o desenvolvimento de ações de promoção da saúde ocupacional, possibilitando a identificação de fatores de risco no ambiente de trabalho, visando ao planejamento de ações preventivas e de suportes mais assertivas e direcionadas, contribuindo para formulação e efetivação de políticas públicas, objetivando a melhoria do bem-estar mental nos ambientes de trabalho. Nesse sentido, os resultados da pesquisa indicam um aumento significativo das notificações dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho desde 2020, demonstrando um cenário laboral preocupante no Brasil. É importante destacar a prevalência de TMRT em mulheres, na faixa etária de 30 a 39 anos e com Ensino Superior. Além disso, os dados evidenciam que profissionais da saúde são mais afetados pelos TMRT. Destaca-se o elevado percentual de uso de psicofármacos, reforçando a gravidade do contexto. Estudos futuros podem aprofundar a temática, a fim de reconhecer e abordar precocemente os transtornos, como forma de dirimir o agravamento dos danos ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO MHPO, ALEXANDRE MES. Mothers' assessment of distance education in the COVID-19 pandemic. Actualidades en Psicología. 2024; 38(136): 35-45.
2. BÁRBARO AM, et al. Transtornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. Ribeirão Preto: SP. Revista Electrónica em Salud Mental, Alcohol y Drogas; 2009.
3. BERALDI POC et al. Transtorno mental associado ao trabalho: análise epidemiológica da região Sul do Brasil. Revista Eletrônica Acervo Saúde. 2024; 24(10): p. e18533-e18533
4. BONI BS et al. O uso de psicofármacos e/ou psicotrópicos: uma revisão integrativa. New Trends in Qualitative Research. 2021; 8: p. 880-889.
5. BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, Brasília-DF, 2012.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Na América Latina, Brasil é o país com maior prevalência de depressão. 22 set. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/na-america-latina-brasil-e-o-pais-com-maior-prevalencia-de-depressao#:~:text=Na%20Am%C3%A9rica%20Latina%2C%20o%20Brasil,que%20a%20depress%C3%A3o%20%C3%A9%20multifatorial. Acesso em: 05 mai. 2024.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 777, 28 de abril de 2004. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à Saúde do Trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2004 abr 29; Seção 1:37.

8. BRASIL. Organização Mundial da Saúde. Classificação Estatística Internacional de doenças e problemas relacionados à Saúde- Décima Revisão-CID-11. Organização Mundial de Saúde, 2023. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm. Acesso em: 24 de julho de 2023.
9. BRASIL. Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho. Ministério da Saúde, s.d. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/vigilancia-em-saude-do-trabalhador-vigisat/doencas-e-agravos-relacionados-ao-trabalho/transtorno-mental-relacionado-ao-trabalho. Acesso em: 28 set. 2024.
10. BRASIL. Coordenação Geral Saúde do Trabalhador. DRT - Transtorno Mental. 2020. SINAN - Sistema de Informação Agravos de Notificação. Disponível em: http://www.portalsinan.saude.gov.br/drt-trasntono-mental. Acesso em: 09 jan. de 2023.
11. BRITO AFS, RIMES TS. Análise dos transtornos mentais relacionados ao trabalho. Cadernos ESP. 2024; 18(1): p. e1830-e1830.
12. CAMARGO DA, NEVES SNH. Transtornos mentais, saúde mental e trabalho. In: MAGALHÃES GLA, SONIA G (org.). Série saúde mental e trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
13. CARLOTTO MS et al. Prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. Psi Unisc. 2024; 3 (1): p. 19-32.
14. CORDEIRO TMSC et al. Notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre trabalhadores na Bahia: estudo descritivo, 2007-2012. Epidemiol. Serv. Saúde. 2016; 25(2).
15. DEJOURS C. A loucura do trabalho. Um estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Oboré, 1987.
16. ESPERIDIÃO E et al. Saúde mental: foco nos profissionais de saúde. Revista Brasileira de Enfermagem. 2020; 73: p. e73supl01.
17. FALCÃO JLS et al. Perfil epidemiológico de casos notificados de transtornos mentais em trabalhadores, período de 2017 a 2022. Revista Contemporânea. 2023; 3(12): p. 32492-32507.
18. DE VARGAS DR, et al. Alcohol Use and Anxiety in Primary Health Care Patients During the COVID-19 Pandemic: a Phone-Based Study. International Journal of Mental Health and Addiction. 2023; 21(2): p. 3199–3214.
19. FREITAS CBB, FREITAS CVC. A saúde mental no trabalho, a cultura do assédio e a síndrome de burnout, boreout e brownout. Revista Contemporânea. 2023; 3(9): p. 15644-15660.
20. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/.
21. LIMA BRM et al. Fatores associados aos transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental. Revista Eletrônica Acervo Saúde. 2024; 24(8): p. e15374-e15374.
22. MARTINS AC, SIQUEIRA MM. Impactos do Estresse Ocupacional e uso de Psicofármacos em Trabalhadores Brasileiros. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2019.
23. MOURA RCD et al. Common mental disorders in emergency services nursing professionals. Acta Paul Enferm. 2022; 35: eAPE03032.
24. OMS. [Constituição (1946)]. Constituição da Organização Mundial de Saúde. Nova Iorque, EUA. Disponível em: https://usp.br/sddarquivos/arquivos/ab nt6023.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.
25. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório sobre saúde mental e trabalho, 2020. Disponível em: https://www.who.int.
26. ROCHA ALA et al. Uso de psicofármacos por profissionais da Atenção Primária à Saúde e fatores associados. Jornal Brasileiro De Psiquiatria. 2023; 72(1): p. 29-36.
27. RODRÍGUEZ-LOUREIRO L et al. Efeito conjunto das horas de trabalho remunerado e de múltiplos empregos sobre o absenteísmo por motivo de saúde entre professores de ensino básico no Brasil: Estudo Educatel. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2019; 35(1).
28. SALVARO GIJ, MARIANO P. Saúde mental de trabalhadoras em estudo: contribuições ao debate de gênero. Psicol. Estud. 2021; 26.
29. SILVA LL et al. Análise acerca dos transtornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. Brazilian Journal of Health Review. 2024; 7(2): p. e68259.
30. TEÓFILO FILHO RA et al. Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil na década de 2011 a 2020. Rio de Janeiro: Debates em Psiquiatria**.** 2023; 13: p. 1-24.
31. VIEIRA ME et al. Intervenções na Saúde Mental no Trabalho: uma revisão sistemática. Revista de Psicologia Aplicada, 2021.